

CENTRO DE INTELIGÊNCIA E MONITORAMENTO DO COMÉRCIO

BI DA SAÚDE

Um olhar por meio da plataforma de Business Intelligence da
Fecomércio-CE

Fortaleza, 25 de maio de 2022

Ficha Técnica

Coordenação e Revisão
Prof. Dr. Joel Rodrigues

Elaboração
Daniel de Oliveira Sancho
Edmilson Moreira

Fecomércio CE
Rua Pereira Filgueiras, 1070 – Aldeota – Fortaleza-CE – CEP: 60160-194
E-mail: contato@fecomercio-ce.com.br
(85) 3270.4250

Sumário de Figuras

Figura 1 - Mapa dos estados brasileiros, com destaque no Ceará	9
Figura 2 - Pirâmide etária do Ceará, 2010.	10
Figura 3 - Tutorial para manuseio do BI (<i>business intelligence</i>).	12
Figura 4 - Tela inicial do BI da Saúde.	13
Figura 5 - Total de estabelecimentos distribuídos por estados brasileiros.	14
Figura 6 - Atenção Hospitalar e Ambulatorial do Ceará.	15
Figura 7 - Distribuição dos estabelecimentos, leitos e profissionais, por município do Ceará.	16
Figura 8 - Oferta de profissionais da saúde, Ceará.	19
Figura 9 - Doenças crônicas não-transmissíveis, Brasil.	21
Figura 10 - Casos de Hanseníase nos estados brasileiros, 2021-2022.	22
Figura 11 - Casos de Chikungunya nos estados brasileiros, 2021-2022.	23
Figura 12 - Doenças crônicas não-transmissíveis - municípios do Ceará.	24
Figura 13 - Casos de Chikungunya - municípios do Ceará, 2021-2022.	25
Figura 14 - Doenças crônicas não-transmissíveis, Ceará - 2021.	26
Figura 15 - Doenças crônicas não-transmissíveis - Gestantes.	27
Figura 16 - Doenças crônicas não-transmissíveis - Gestantes, 2021.	28

Figura 17 - Informações acerca dos beneficiários de operadoras de planos de saúde, Ceará - 2022. _____ 29

Figura 18 - Operadoras de planos de saúde, Ceará - 2022. _____ 30

Sumário

1. Introdução	7
2. Metodologia	8
2.1. <i>Dados demográficos do Ceará</i>	8
2.2. Tutorial para manuseio da plataforma	11
3. A oferta da infraestruturas da saúde	13
3.1. <i>Atenção Hospitalar e Ambulatorial - Brasil</i>	14
3.2. <i>Atenção Hospitalar e Ambulatorial - Ceará</i>	15
4. Doenças Crônicas Não-Transmissíveis	19
4.1. <i>Estados brasileiros</i>	19
4.2. <i>Estado do Ceará</i>	23
4.3. <i>Gestantes</i>	26
5. Planos de Saúde - Ceará	28
6. Considerações finais	34
Referências	34

Lista de Siglas

ANS – Agência Nacional de Saúde

CBO – Classificação Brasileira de Ocupação

CNES - Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde

DATASUS – Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IPECE - Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará

SINAN - Sistema de Informação de Agravos de Notificação

UF – Unidade da Federação

1. Introdução

Entre 2020 e 2022, ano presente, o setor da saúde se apresentou como a atividade econômica de maior relevância para a sociedade. A pandemia do COVID 19, provocada pelo SARS-COV-2, propagada em todo o mundo, projetou ainda mais a importância dos investimentos na área, seja em pesquisa e desenvolvimento, seja em infraestrutura e formação de corpo técnico.

O Brasil registrou mais de 600 mil mortes em decorrência dessa epidemia mundial. O desenvolvimento e uso de vacinas ocorreu em tempo recorde, dada a gravidade da situação. Os governos realizaram investimentos altíssimos para conseguir gerar atendimento para a população, que sofreu com políticas necessárias de lockdown (fechamento da economia e isolamento social).

Em face das intempéries que a sociedade está exposta, faz-se necessário acompanhar a oferta de serviços do setor da saúde na qual o indivíduo poderá usufruir quando necessário. Dessa forma, o BI (*business intelligence*) da saúde do sistema Fecomércio busca fazer um recorte temporal atualizado da oferta da infraestrutura de estabelecimentos, profissionais da área saúde, registro das doenças crônicas não transmissíveis e planos de saúde.

Este trabalho está dividido em cinco partes a contar com esta introdução. Na parte 2, explica-se a metodologia utilizada para a elaboração do estudo. A parte 3 abre as análises descritivas, com sessões para infraestrutura, doenças crônicas não-transmissíveis e planos de saúde. Por fim, a quarta e última parte apresenta as considerações finais.

2. Metodologia

O trabalho segue uma metodologia exploratória descritiva, em que se apresenta o mapeamento da distribuição da oferta de estabelecimentos, leitos, equipamentos e profissionais da área da saúde no Brasil e, em especial, no estado do Ceará.

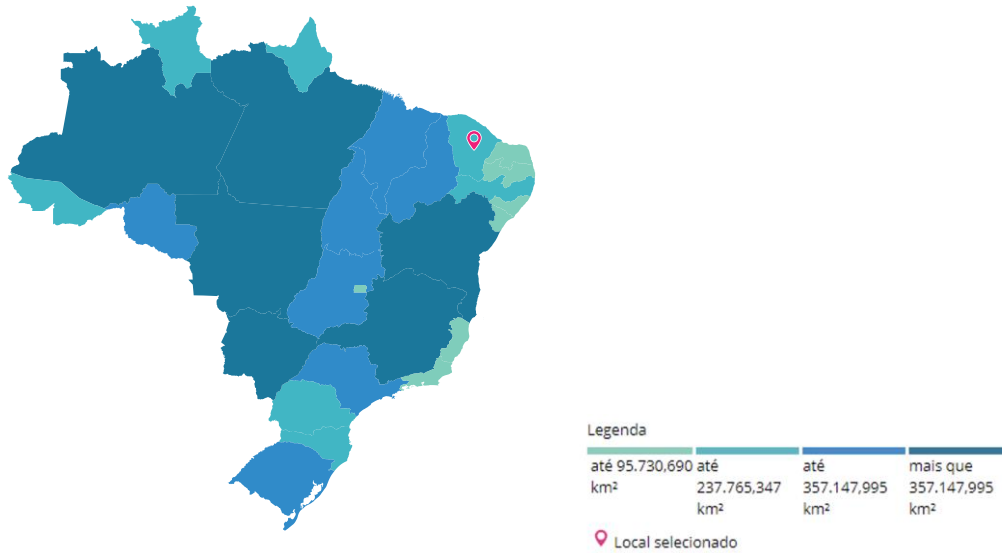
A principal base de dados utilizada é aberta e disponibilizada pelo Ministério da Saúde, por meio da plataforma DATASUS, exclusiva para dados do setor da saúde. O formato microdados foi o que melhor se adequou ao formato do trabalho, visto que contém todas as variáveis em um único banco estruturado. Por meio dele será possível trabalhar, de forma desagregada, observando áreas de atuação, estados, municípios, profissionais e suas características.

Em termos de software para análise descritiva, optou-se pelas plataformas Power Bi, da Microsoft, e a de código aberto R Studio, para realização de ETL (*Extract, Transform, Load*). Por se tratar de um grande volume de dados, estas ferramentas são as mais utilizadas e mais acessíveis.

2.1. Dados demográficos do Ceará

O estado do Ceará está localizado na região Nordeste do Brasil, junto com mais oito estados. Possui uma população estimada (2021) de 9,2 milhões de pessoas e uma densidade demográfica de 56,76 hab/km². Comparado com outros estados, ocupa a 17^a posição em extensão territorial (Figura 1).

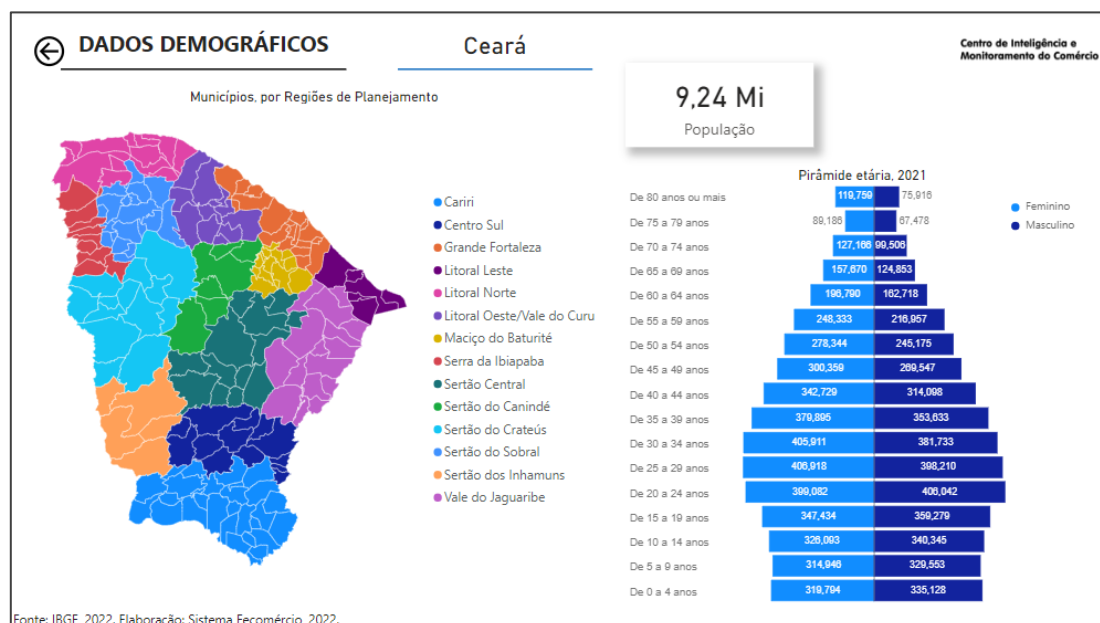
Figura 1 - Mapa dos estados brasileiros, com destaque no Ceará



Fonte: IBGE, 2022.

Em relação a população do estado, a pirâmide etária mostra que o Ceará é um estado jovem, com boa oferta de mão-de-obra entre homens e mulheres (Figura 2).

Figura 2 - Pirâmide etária do Ceará, 2010.



Fonte: IBGE. Censo, 2010.

A população é predominantemente Urbana e, segundo a projeção populacional do IBGE, deve continuar crescendo até o ano de 2040, quando entrará em queda.

Quanto ao rendimento médio nominal, o estado possui a 18ª renda domiciliar per capita do país, com um valor inferior ao salário-mínimo, R\$ 881 reais¹. Em relação ao rendimento médio habitual do trabalho, o valor alcança R\$ 2.551, com um índice de Gini de 0,6193². Quanto mais próximo de 1, maior é a concentração de renda da região analisada.

Para o item Desenvolvimento Humano, o IDH (índice de desenvolvimento humano) do estado do Ceará alcançou, em 2010, o valor de

¹ IBGE, 2021.

² IPECE, 2010.

0,682. Ao contrário do índice de Gini, quanto maior o IDH, maior a percepção de desenvolvimento humano da região.

Em relação ao Produto Interno Bruto do estado, o Ceará ocupou a 12^a posição no país (3^o do Nordeste) para o último resultado oficial, 2019. Segundo o Instituto de Pesquisa Estratégia Econômica do Ceará – IPECE – o resultado foi composto, em termos de “Participação das Atividades no Valor Adicionado Bruto do Ceará – 2019” por 5,14% para a agropecuária, 17,05% para o setor industrial e 77,80% para o setor de serviços. Para este último, o setor de Educação e Saúde Privadas contribuiu com 5,21%. De forma geral, isto é, considerando a contribuição no todo do valor adicionado do estado, o setor de Educação e Saúde participou com 4,06%.

Este pequeno recorte do estado objetiva melhorar o entendimento e a sensibilização das informações relacionadas ao setor da saúde.

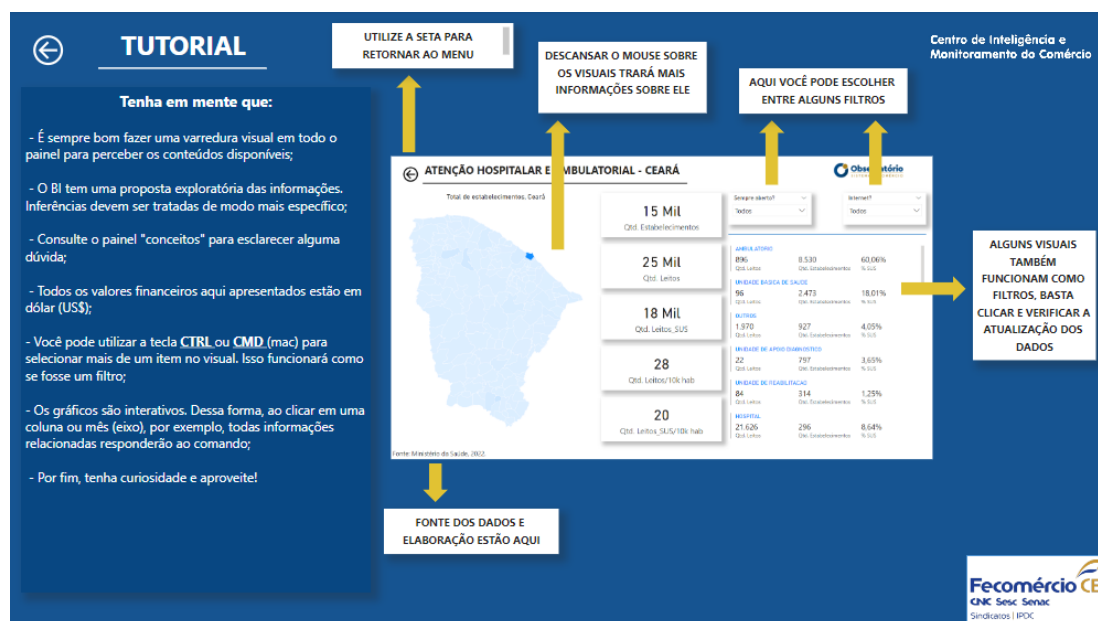
2.2. Tutorial para manuseio da plataforma

A tela de tutorial traz dicas e orientações gerais para aqueles que ainda não têm muita intimidade com os *dashboards* do BI. Todos os painéis (*dashboards*) são interativos, ou seja, são dinâmicos e se atualizam sempre que houver um comando dado pelo usuário. Este comando pode ser a seleção de um filtro, descansar o mouse sobre um gráfico, ou clicar em um elemento do gráfico. Segurar a tecla *CTRL* ou *CMD* (no Mac) permite selecionar mais de um item, mantendo-se válida a primeira seleção.

Para manter uma melhor experiência, optou-se por manter o *layout* muito parecido entre as telas. As seleções de tipo de comércio (exportação e importação) estarão sempre na parte superior central, e serão acompanhadas

pela série temporal logo a direita, em que é possível escolher o ano desejado (Figura 3).

Figura 3 - Tutorial para manuseio do BI (*business intelligence*).



Ministério da Saúde, 2022. Centro de Inteligência e Monitoramento do Comércio, 2022.

Os filtros estarão sempre em destaque sobre um retângulo azul e os mesmos interagem com todo o painel. Observa-se que os oito painéis disponíveis são independentes entre si. Isso significa que uma seleção feita em um deles não afetará os demais.

3. A oferta da infraestruturas da saúde

A navegação no BI se inicia na tela apresentada na Figura 4, onde é possível encontrar o menu geral de navegação para cada foco de visualização das informações. De notar que há acesso para um pequeno tutorial para manuseio da ferramenta.

Também convém observar que as fontes de informações utilizadas aparecem nessa tela. No caso, a única fonte utilizada é a do Ministério da Saúde. A data de atualização dessas informações encontra-se na parte central inferior. No momento da elaboração deste documento, os dados referem-se ao mês de abril de 2022.

Figura 4 - Tela inicial do BI da Saúde.

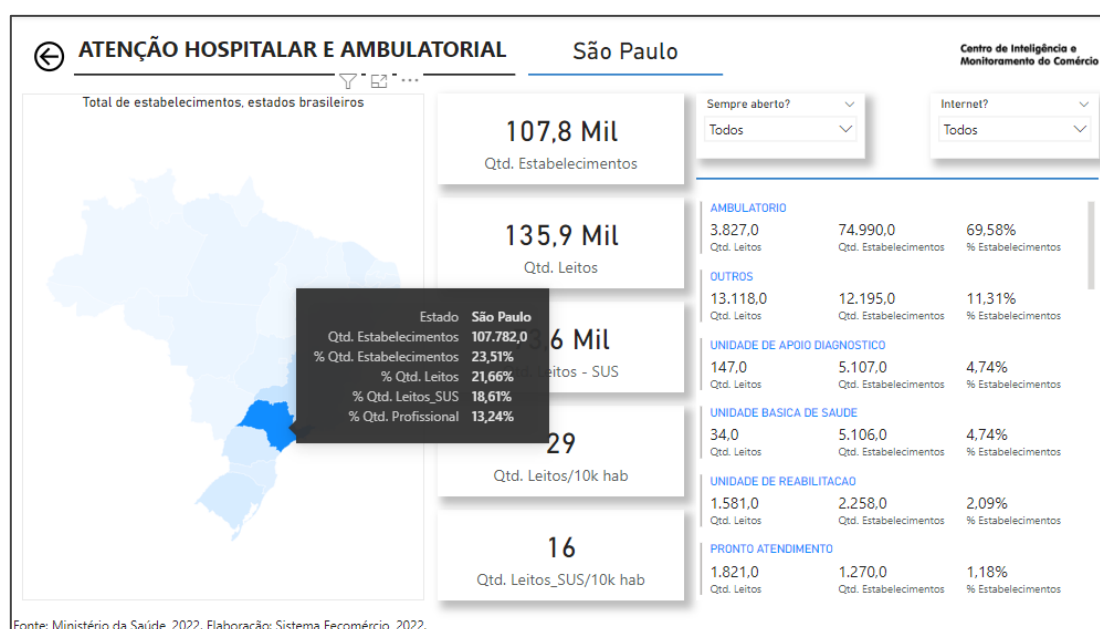


Ministério da Saúde, 2022. Centro de Inteligência e Monitoramento do Comércio, 2022.

3.1. Atenção Hospitalar e Ambulatorial - Brasil

Um recorte macro é apresentado nesse painel. Aqui é possível observar a distribuição dos estabelecimentos da saúde espalhados pelos estados brasileiros. Ao todo, são 458 mil unidades, sendo São Paulo o estado com maior percentual de unidades (23,51% ou 108 mil estabelecimentos, Figura 5).

Figura 5 - Total de estabelecimentos distribuídos por estados brasileiros.



Ministério da Saúde, 2022. Centro de Inteligência e Monitoramento do Comércio, 2022.

Em relação ao número de leitos, o estado de São Paulo responde por 21,66% do total ofertado no país e 18,61% dos leitos destinados ao Sistema Único de Saúde (SUS). Quanto ao total de leitos, São Paulo oferta o total de 25 mil. Considerando o total da população do estado, o número de leitos corresponde a 29 para cada 10 mil habitantes, em média. Quando se observa apenas o SUS, o total de leitos reduz para 16 para cada dez mil habitantes.

3.2. Atenção Hospitalar e Ambulatorial - Ceará

Observando o estado do Ceará, a Figura 6 mostra que o estado oferta o total de 15 mil estabelecimentos e 25 mil leitos, com uma proporção de 28 para cada 10 mil habitantes. Em relação ao SUS, são 18 mil leitos destinados ao Sistema Único de Saúde, resultando em uma proporção de 20 leitos a cada dez mil habitantes.

Figura 6 - Atenção Hospitalar e Ambulatorial do Ceará.

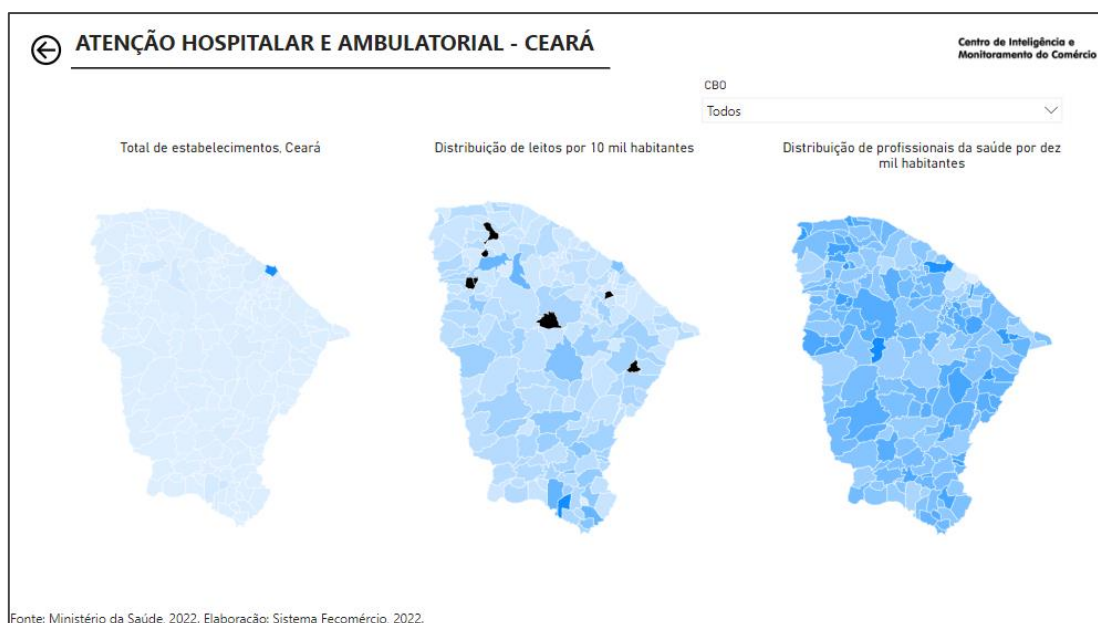


Ministério da Saúde, 2022. Centro de Inteligência e Monitoramento do Comércio, 2022.

Ainda na Figura 6, é possível visualizar os tipos de estabelecimentos que há no estado. Por exemplo, dos 15 mil estabelecimentos, 8,5 mil são ambulatoriais. Postos de Saúde, ou Unidades Básicas de Saúde, correspondem a 16,5% do total.

Olhando mais de perto o estado do Ceará, é possível verificar como se distribuem os estabelecimentos, os leitos e os profissionais, por cada um dos 184 municípios (Figura 7).

Figura 7 - Distribuição dos estabelecimentos, leitos e profissionais, por município do Ceará.



Ministério da Saúde, 2022. Centro de Inteligência e Monitoramento do Comércio, 2022.

Quanto aos estabelecimentos, era esperado que sua concentração ocorresse na capital do Estado, Fortaleza (45%). Quando retiramos Fortaleza da análise, percebe-se que os estabelecimentos se deslocam, principalmente, para as outras duas Regiões Metropolitanas do Estado, a saber: a de Sobral e a do Cariri, sendo esta última com maior concentração.

Quanto a distribuição dos leitos por dez mil habitantes, observa-se a região do Cariri, em especial, o município de Barbalha, dispõe de maior oferta. De forma geral, há uma boa distribuição de leitos considerando a geografia do estado, com pontos em azul mais escuro em várias regiões. Por sua vez, há poucos municípios que não dispõem de nenhum leito, estes estão destacados em preto no mapa.

O mapa seguinte traz informações a respeito da oferta de profissionais do setor da saúde para cada dez mil habitantes. Este recorte considera apenas o Código Brasileiro de Ocupação (CBO) da saúde, conforme Tabela 1.

Tabela 1 - Classificação Brasileira de Ocupação, classificação em nível de família, recorte para a área da saúde.

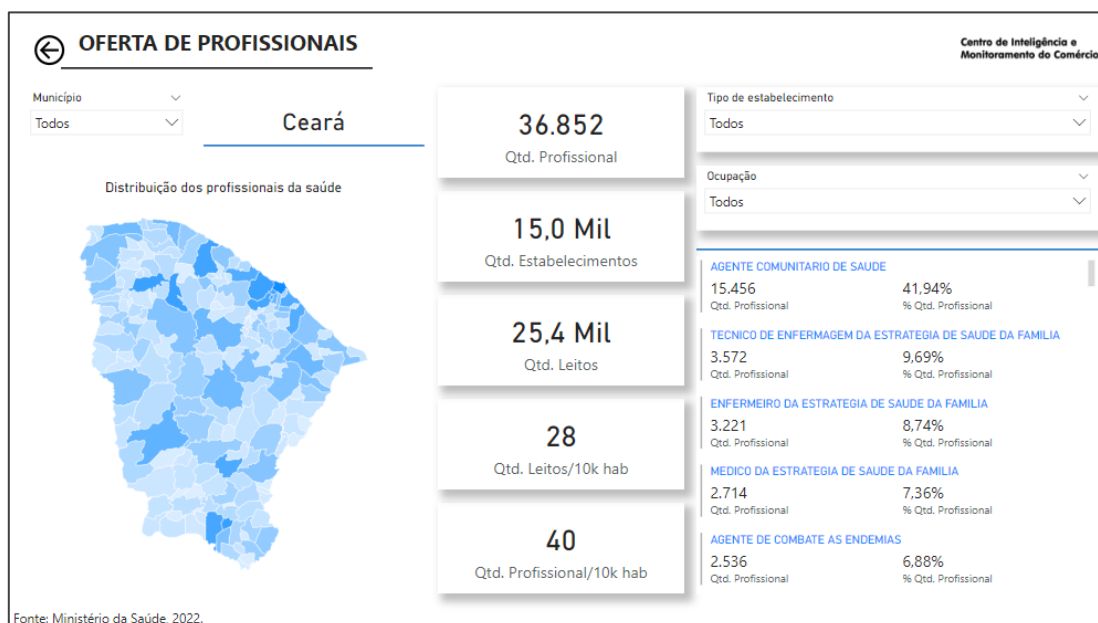
CBO Família	Descrição
1312	Gestores e especialistas de operações em empresas, secretarias e unidades de serviços de saúde
2033	Pesquisadores das ciências da saúde
2149	Engenheiros de produção, qualidade, segurança e afins
2211	Biólogos e afins
2212	Biomédicos
2231	Médicos - Família Desativada
2232	Cirurgiões-dentistas
2233	Veterinários e zootecnistas
2234	Farmacêuticos
2235	Enfermeiros e afins
2236	Fisioterapeutas
2237	Nutricionistas
2238	Fonoaudiólogos
2239	Terapeutas ocupacionais e ortoptistas
2241	Profissionais da educação física
2251	Médicos clínicos

2252	Médicos em especialidades cirúrgicas
2253	Médicos em medicina diagnóstica e terapêutica
2263	Profissionais das terapias criativas, equoterápicas e naturológicas
2344	Professores de ciências biológicas e da saúde do ensino superior
2394	Programadores, avaliadores e orientadores de ensino
2515	Psicólogos e psicanalistas
2516	Assistentes sociais e economistas domésticos
3122	Técnicos em construção civil (obras de infraestrutura)
3135	Técnicos em fotônica
3221	Tecnólogos e técnicos em terapias complementares e estéticas
3222	Técnicos e auxiliares de enfermagem
3224	Técnicos de odontologia
3226	Técnicos de imobilizações ortopédicas
3241	Tecnólogos e técnicos em métodos de diagnósticos e terapêutica
3242	Técnicos de laboratórios de saúde e bancos de sangue
3251	Técnico em farmácia e em manipulação farmacêutica
3252	Técnicos em produção, conservação e de qualidade de alimentos
3516	Técnicos em segurança do trabalho
3522	Agentes da saúde e do meio ambiente
5151	Trabalhadores em serviços de promoção e apoio à saúde
5152	Auxiliares de laboratório da saúde
5153	Trabalhadores de atenção, defesa e proteção a pessoas em situação de risco e adolescentes em conflito com a lei
5162	Cuidadores de crianças, jovens, adultos e idosos
7823	Motoristas de veículos de pequeno e médio porte
7911	Artesãos

Fonte: Ministério da Saúde, 2022.

Considerando este recorte, o estado totaliza 36.852 profissionais, sendo o agente comunitário de saúde o de maior expressividade (41,94%). Em relação a distribuição dos profissionais por cada dez mil habitantes, a capital é de menor expressividade, já que é o município com maior população (Figura 8).

Figura 8 - Oferta de profissionais da saúde, Ceará.



Ministério da Saúde, 2022. Centro de Inteligência e Monitoramento do Comércio, 2022.

Como observado, os profissionais estão distribuídos em todo o estado, mas percebe-se uma maior concentração nas Regiões Metropolitanas de Fortaleza, Sobral e Cariri. Ainda há alguns pontos bastante claros no mapa, indicando menor presença dos profissionais. Na plataforma de BI é possível manusear e observar como as demais variáveis se comportam para cada um dos municípios. Isso é de grande relevância para elaboração de projetos, pois é possível mapear áreas de fragilidade e propor intervenções.

4. Doenças Crônicas Não-Transmissíveis

4.1. Estados brasileiros

A plataforma também dispõe de um banco de informações sobre as doenças crônicas não-transmissíveis. O SINAN – Sistema de Informação de

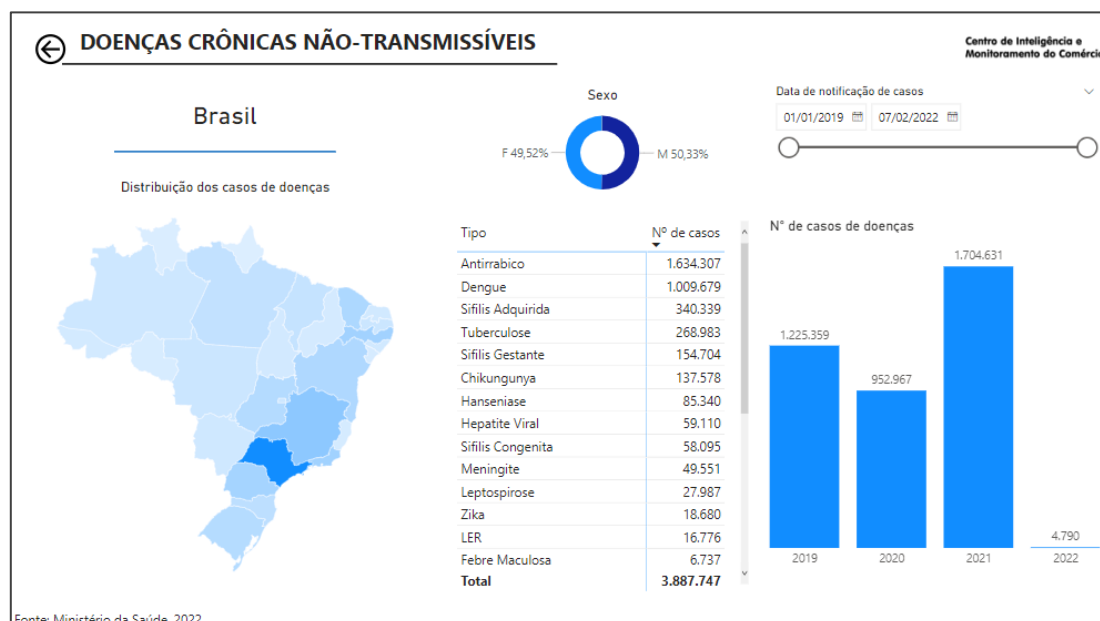
Agravos de Notificação - é alimentado, principalmente, pela notificação e investigação de casos de doenças e agravos que constam da lista nacional de doenças de notificação compulsória. Sua utilização efetiva permite a realização do diagnóstico dinâmico da ocorrência de um evento na população, podendo fornecer subsídios para explicações causais dos agravos de notificação compulsória, além de vir a indicar riscos aos quais as pessoas estão sujeitas, contribuindo assim, para a identificação da realidade epidemiológica de determinada área geográfica (PORTAL SINAN, 2022).

No banco utilizado, é possível encontrar informações de casos por doença, município e sexo do indivíduo. Há, ainda, um recorte especial dedicado as mulheres gestantes, com recortes trimestrais do período gestacional.

Como algumas doenças são específicas de determinadas regiões, optou-se por manter painéis separados para os estados brasileiros e o Ceará. Assim, será possível uma investigação mais detalhada para os municípios cearenses.

A Figura 9 apresenta as informações para os estados brasileiros, em que a coloração do mapa reflete o número total de casos identificados. Ao selecionar algumas das doenças disponíveis, é possível observar em qual estado há maior incidência.

Figura 9 - Doenças crônicas não-transmissíveis, Brasil.

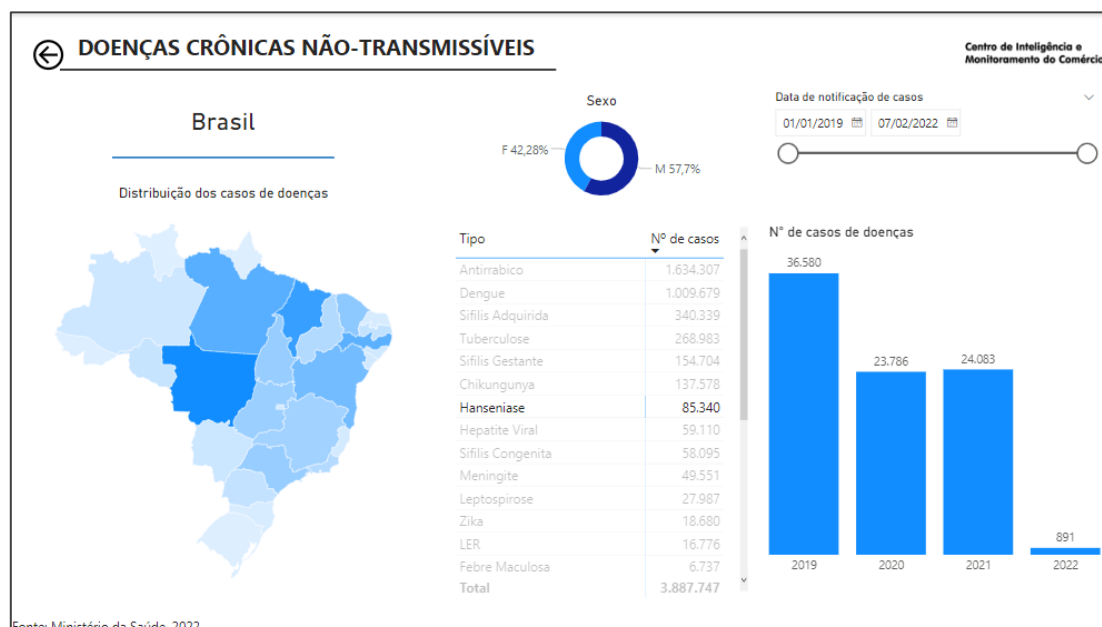


Fonte: Ministério da Saúde, 2022. Centro de Inteligência e Monitoramento do Comércio, 2022.

Algumas informações podem ser percebidas em uma primeira olhada no painel. A primeira delas é em relação ao período observado, que vai de 2019 a 2022. Em seguida, percebe-se que o estado de São Paulo detém maior quantidade de casos. Quanto as doenças, os atendimentos antirrábicos são os que apresentam maior frequência, seguido da dengue. Importante destacar que a terceira doença com maior frequência apresenta uma distância significativa no número de casos. Por fim, percebe-se que o ano de 2021 foi o que apresentou maior registro de casos.

Fazendo um exercício para uso do painel, a Figura 10 traz um recorte para a doença HANSENÍASE.

Figura 10 - Casos de Hanseníase nos estados brasileiros, 2021-2022.

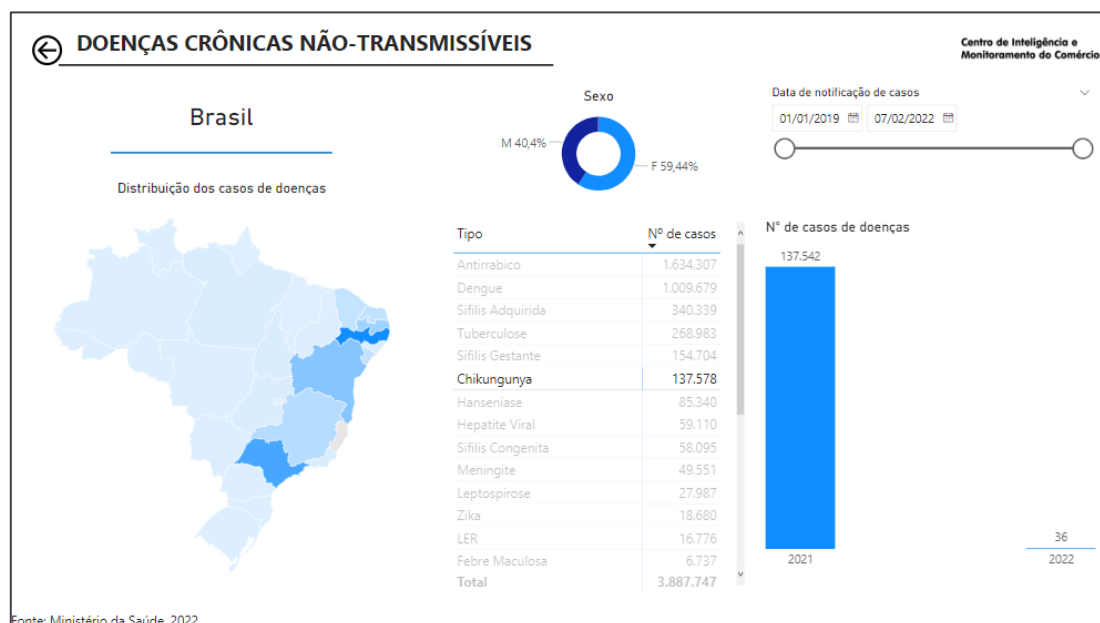


Fonte: Ministério da Saúde, 2022. Centro de Inteligência e Monitoramento do Comércio, 2022.

Ao selecionar a doença HANSENÍASE e realizar um pequeno recorte temporal mais atual, é possível observar no mapa que os estados do Maranhão, Mato Grosso e Pará são os que registraram maior número de casos para a doença, respectivamente. Juntos, totalizaram mais de 8 mil casos em 2021 e 2022.

Realizando um recorte para a doença CHIKUNGUNYA, recente no Brasil, é possível observar que esta se concentra nos estados costeiros do Nordeste, descendo para a região Sudeste (Figura 11).

Figura 11 - Casos de Chikungunya nos estados brasileiros, 2021-2022.



Fonte: Ministério da Saúde, 2022. Centro de Inteligência e Monitoramento do Comércio, 2022.

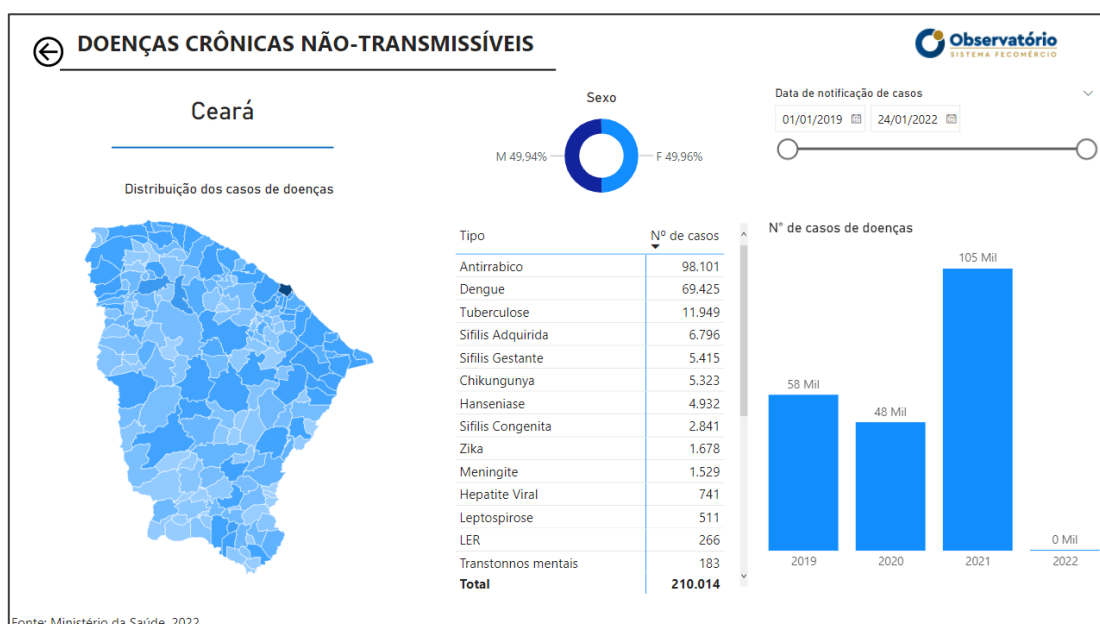
O estado de Pernambuco é o que apresentou maior número de casos para a doença (41.113). Em seguida, São Paulo apareceu com 30.288 registros. Destaca-se que a doença se concentra nos estados costeiros do Nordeste ao Sudeste, não apresentando registros no estado do Espírito Santo.

4.2. Estado do Ceará

O recorte disponibilizado para o estado do Ceará é mais detalhado e abrange o nível de desagregação até município. Dessa forma, será possível observar em quais municípios há maior número de casos de determinada doença. Em paralelo, observando o BI Socioeconômico do sistema Fecomércio, é possível fazer análises mais detalhadas sobre características sociais da população.

Assim como feito para os estados brasileiros, o primeiro recorte para o Ceará será em nível geral (Figura 12).

Figura 12 - Doenças crônicas não-transmissíveis - municípios do Ceará.

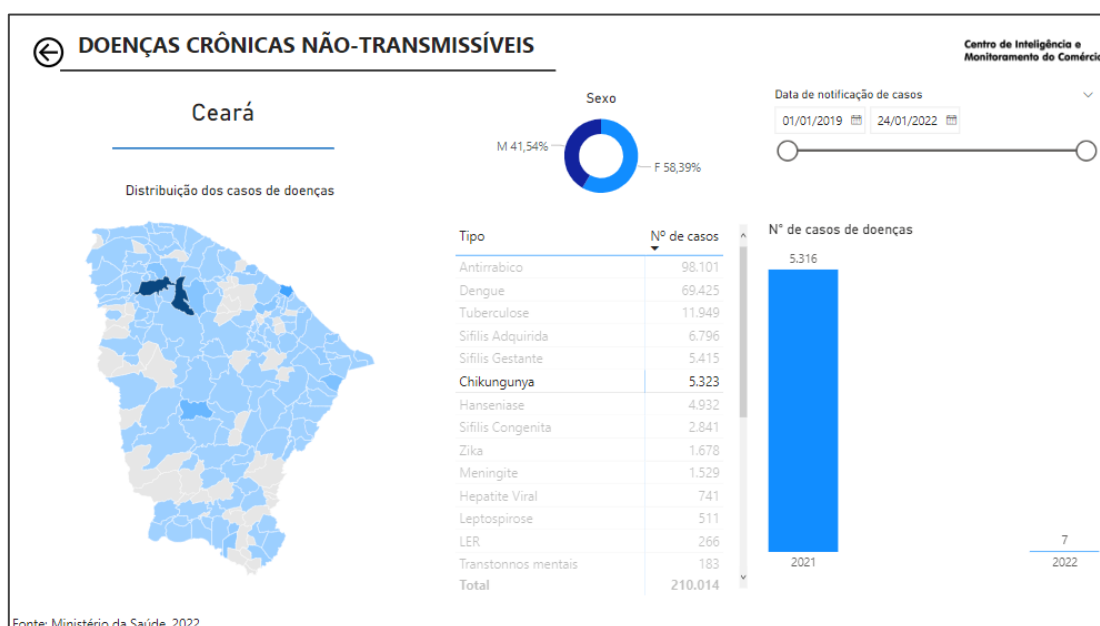


Fonte: Ministério da Saúde, 2022. Centro de Inteligência e Monitoramento do Comércio, 2022.

O município de Fortaleza concentra o maior número de casos observados entre 2019 e 2022. Os demais municípios passam a apresentar coloração mais intensa quando se aproximam de 800 casos ao todo. Em relação às doenças observadas, os atendimentos antirrábicos também lideram no estado, assim como observado em nível Brasil. Ao todo, foram 210 mil casos registrados, sendo 2021 o ano de maior frequência.

Repetindo o exercício para uma doença específica, escolheu-se observar o comportamento apresentado pela CHIKUNGUNYA, para o período de 2021 e 2022. Os resultados podem ser observados na Figura 13.

Figura 13 - Casos de Chikungunya - municípios do Ceará, 2021-2022.

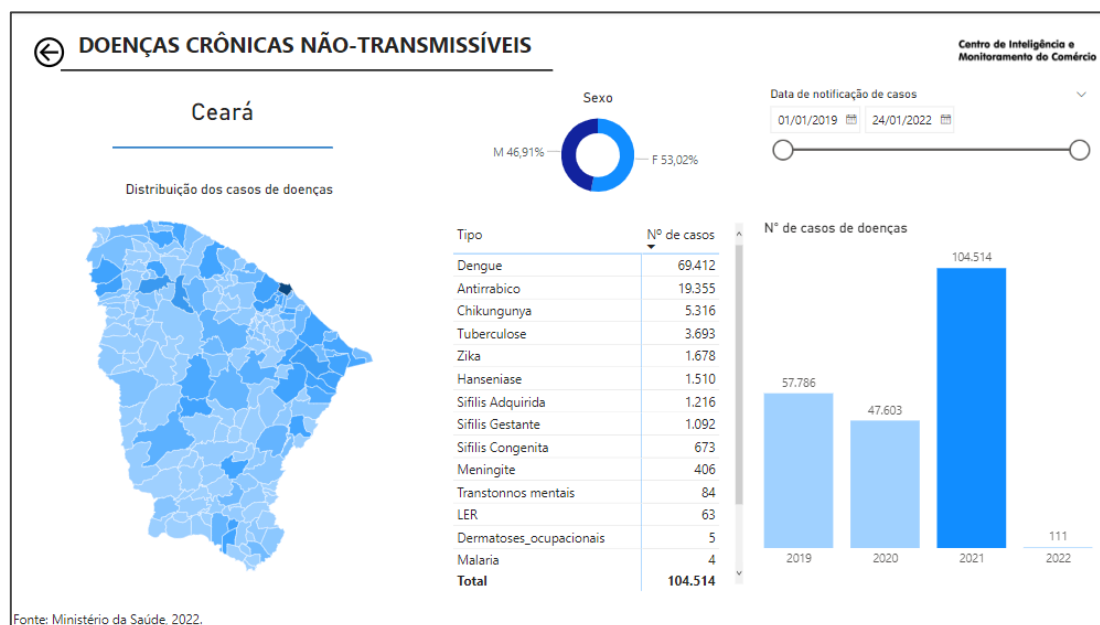


Fonte: Ministério da Saúde, 2022. Centro de Inteligência e Monitoramento do Comércio, 2022.

No total, o público feminino foi o que mais sofreu com a doença, correspondendo a 59% dos casos. Quanto ao município de maior incidência da doença, Sobral foi o que mais registrou casos da doença, principalmente em 2021. Ao todo, foram 976 casos registrados.

Por fim, foi realizado um recorte para observar os casos de doenças registrados no ano de 2021. A Figura 14 apresenta os resultados.

Figura 14 - Doenças crônicas não-transmissíveis, Ceará - 2021.



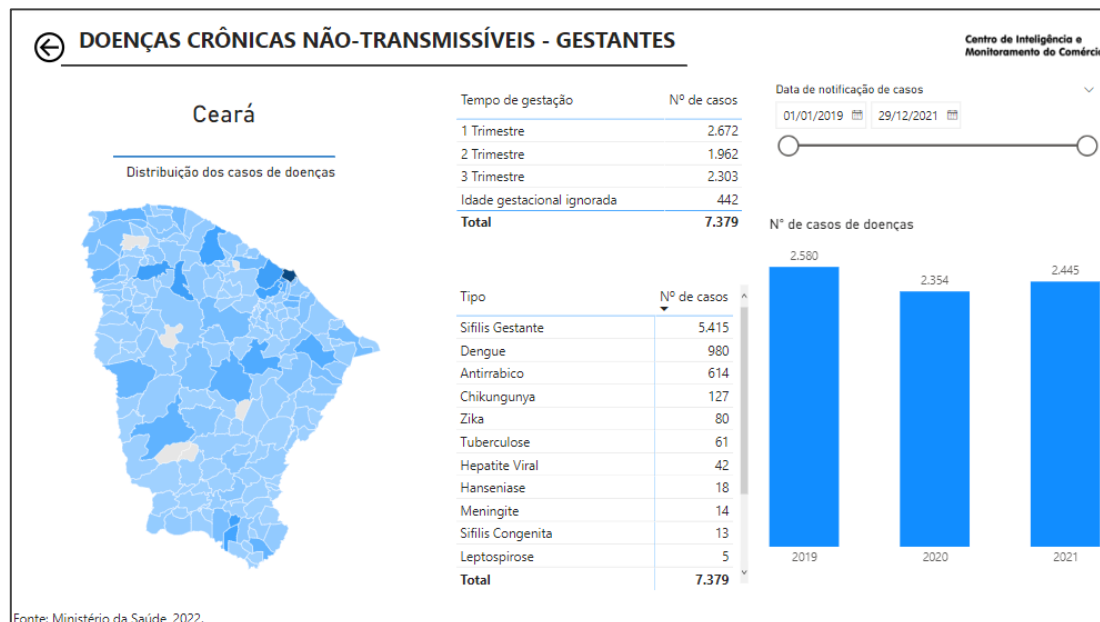
Fonte: Ministério da Saúde, 2022. Centro de Inteligência e Monitoramento do Comércio, 2022.

Para o ano de 2021, a DENGUE foi a doença com maior número de casos observados, 69,4 mil casos. Novamente, Fortaleza foi a cidade com maior incidência. No entanto, vários outros municípios apresentaram coloração escura, indicando que a doença está distribuída em todo o estado.

4.3. Gestantes

Para concluir as análises disponíveis na plataforma de BI, faz-se um recorte do público feminino gestante e os casos de doenças crônicas não-transmissíveis. O primeiro painel traz informações gerais acerca dos números de casos, tipo de casos e período gestacional, por município (Figura 15).

Figura 15 - Doenças crônicas não-transmissíveis – Gestantes.

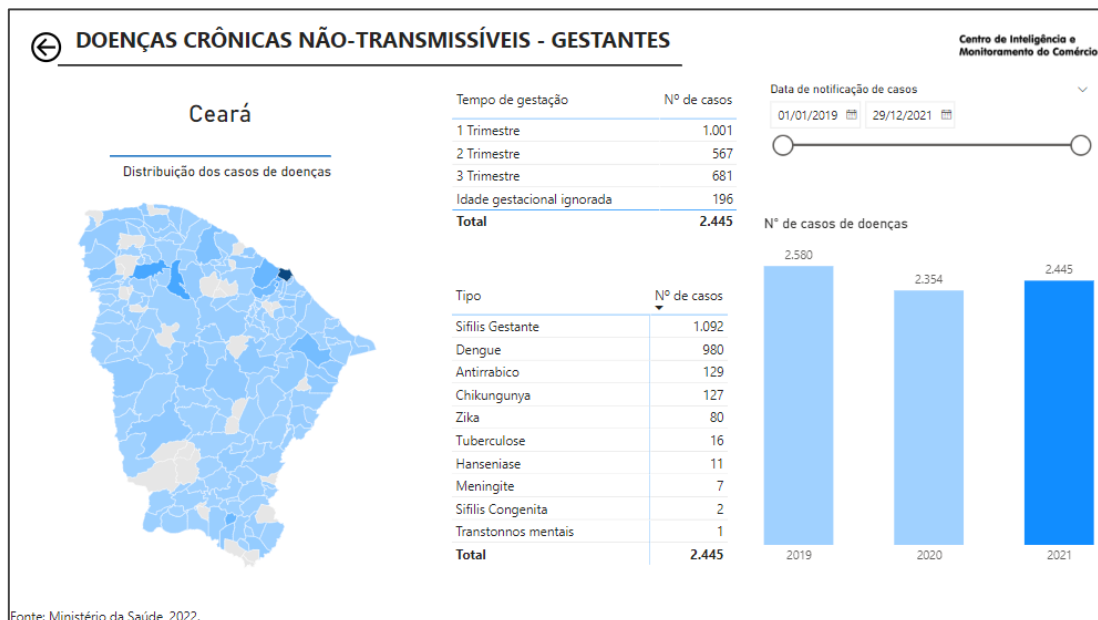


Fonte: Ministério da Saúde, 2022. Centro de Inteligência e Monitoramento do Comércio, 2022.

No período observado, 7,4 mil gestantes contraíram algumas das doenças apresentadas no painel. Com maior número de casos, a SÍFILIS GESTANTE totalizou 5,4 mil ou 73%. A doença não se manifesta em período específico da gestação, isto é, considerando os trimestres. Contudo, é observado um maior número de casos nos primeiro e terceiro trimestre. Também é possível observar que o número de casos apresentou comportamento decrescente, com redução de 48% entre os anos de 2020 e 2021.

Observando o período mais recente, o ano de 2021 totalizou 2,4 mil casos, com destaque também para a doença SÍFILIS GESTANTE. Contudo, quando se observa o período de gestação, a maioria dos casos se concentrou no primeiro trimestre. O município mais afetado continua sendo Fortaleza, mas percebe-se coloração escura em Sobral e Caucaia (Figura 16).

Figura 16 - Doenças crônicas não-transmissíveis - Gestantes, 2021.

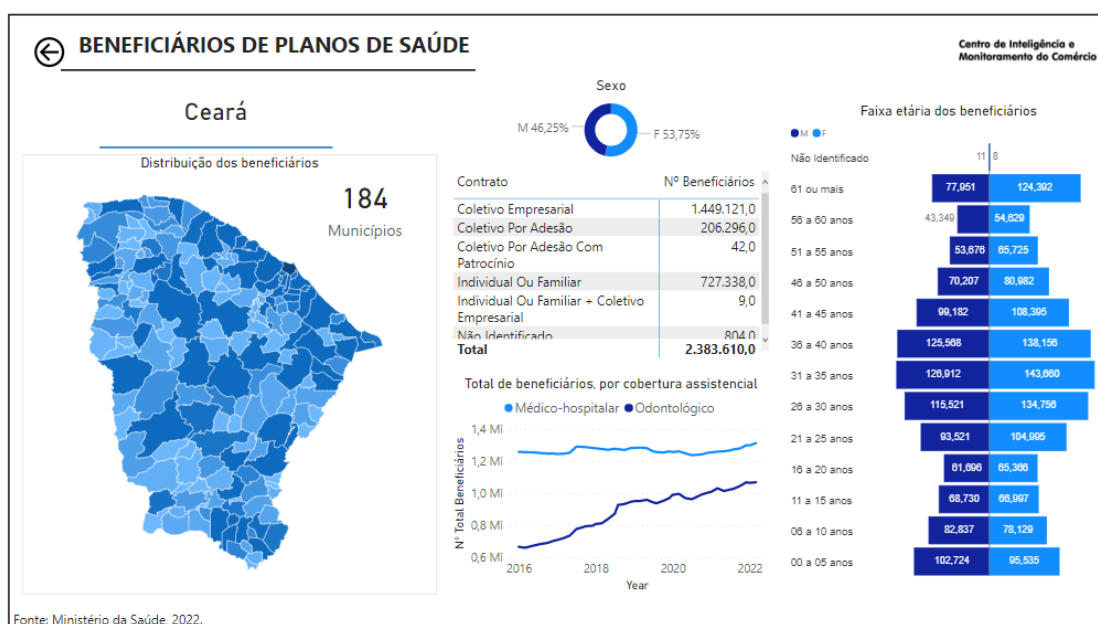


Fonte: Ministério da Saúde, 2022. Centro de Inteligência e Monitoramento do Comércio, 2022.

5. Planos de Saúde - Ceará

Esta seção é dedicada a apresentar as informações referentes aos beneficiários de planos de saúde. Ao todo, no Ceará, são 2,4 milhões de pessoas que possuem algum contrato com operadora de planos de saúde, sendo a maior parte com contrato tipo Coletivo Empresarial, 1,5 milhão (Figura 17).

Figura 17 - Informações acerca dos beneficiários de operadoras de planos de saúde, Ceará - 2022.



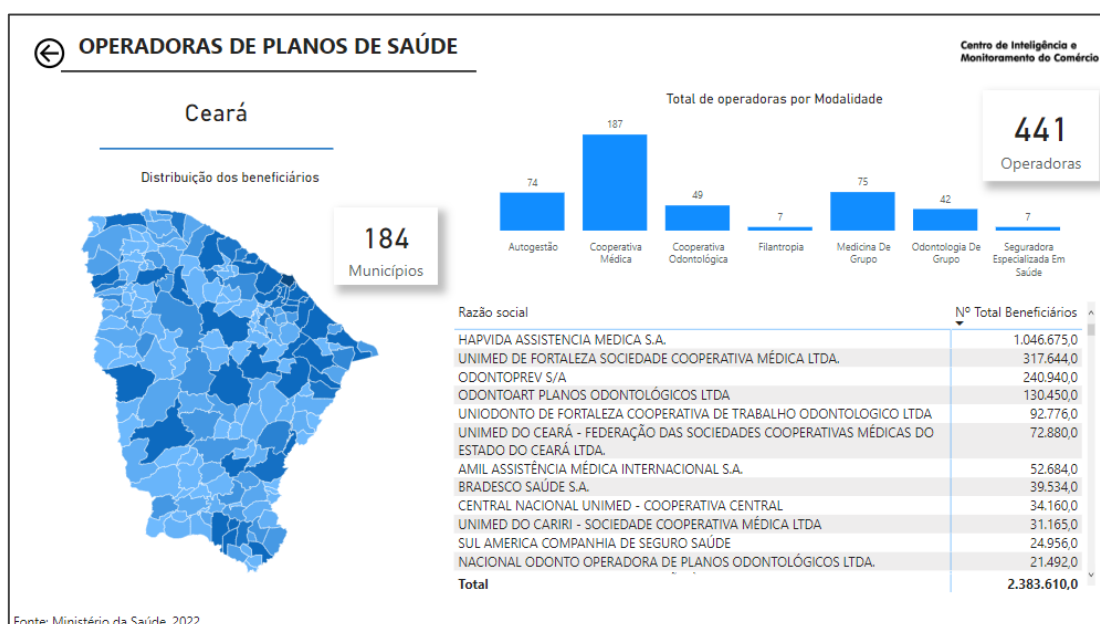
Fonte: Ministério da Saúde, 2022. Centro de Inteligência e Monitoramento do Comércio, 2022.

Conforme o painel apresentado na Figura 17, a maior parte dos beneficiários é do sexo feminino e encontra-se em Fortaleza, mas com boa distribuição nos demais municípios do estado. A maior cobertura assistencial observada é para planos do tipo médico-hospitalar. Contudo, é possível observar que os planos odontológicos têm ganhado força no período observado.

Em termos de faixa etária, os usuários se concentram na faixa de 26 a 40 anos de idade, com pico a partir de 61 anos, principalmente para o público feminino. Também é possível perceber que crianças 0 a 10 anos apresentam quantitativo superior aos jovens entre 11 e 20 anos, como também ao público de 56 a 60 anos.

Em relação aos planos de saúde disponíveis no estado, a Figura 18 mostra o quantitativo e a atuação nos municípios, em termos de número de beneficiários.

Figura 18 - Operadoras de planos de saúde, Ceará - 2022.



Fonte: Ministério da Saúde, 2022. Centro de Inteligência e Monitoramento do Comércio, 2022.

Ao todo, 441 CNPJ de operadoras atuam no estado. As Cooperativas Médicas são as mais expressivas. Elas possuem uma carteira de 492,6 mil beneficiários. Já a modalidade Medicina de Grupo, possuem 75 CNPJ no estado do Ceará, mas uma carteira de 1,2 milhão de beneficiários. Neste grupo está a HAPVIDA, com mais de um milhão de beneficiários. Em relação as diversas classificações existentes, segue um pequeno glossário para esclarecimento dos termos, segundo a Agência Nacional de Saúde (ANS).

- **Cooperativa médica**

A ANS considera como cooperativas médicas todas as sociedades sem fins lucrativos coordenadas por profissionais de Medicina e que operam planos de saúde que incluam serviços médicos. As operadoras enquadradas nessa modalidade são autorizadas a comercializar planos de assistência médico-hospitalar para pessoas físicas ou jurídicas, além de constituir rede de serviços própria e contratar terceiros.

- **Cooperativa odontológica**

Da mesma forma que as cooperativas médicas, são sociedades sem fins lucrativos constituídas dentro das regras da Política Nacional de Cooperativismo. A diferença é que elas operam exclusivamente planos de assistência odontológicas e devem ser coordenadas por profissionais de Odontologia.

- **Autogestão**

As operadoras de autogestão trabalham com planos de assistência à saúde destinados exclusivamente a empregados ativos, aposentados, pensionistas ou ex-empregados de uma ou mais empresas ou a participantes de associações de pessoas físicas ou jurídicas, fundações, sindicatos, entidades de classes profissionais ou assemelhados e seus dependentes.

Por sua natureza, elas estão impedidas de comercializar planos de saúde para o público em geral, devendo manter seu foco em um grupo fechado de pessoas de uma mesma classe profissional ou que tenham vínculo empregatício com a empresa que as instituíram, patrocinam ou mantêm.

- **Medicina de grupo**

De acordo com os termos da RDC n.º 39, as operadoras de medicina de grupo são aquelas empresas ou entidades que operam planos de saúde cujas características não se adequam às outras modalidades definidas anteriormente.

Elas são autorizadas a comercializar planos de saúde tanto para pessoas físicas quanto para pessoas jurídicas, além de contar com estrutura própria ou contratada para o uso dos beneficiários, incluindo consultórios médicos, hospitais, laboratórios e clínicas.

- **Odontologia de grupo**

As operadoras de odontologia de grupo são aquelas empresas ou entidades que atuam exclusivamente com planos odontológicos sem, contudo, estarem constituídas como cooperativas.

Assim como ocorre com a medicina de grupo, as operadoras nesta modalidade são autorizadas a comercializar seus planos para pessoa física ou jurídica, além de constituir uma rede de serviços própria ou contratar terceiros.

- **Filantropia**

Operadoras de filantropia são entidades sem fins lucrativos que operam planos privados de assistência à saúde e são certificadas junto ao Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), com declaração de utilidade pública pelo Ministério da Justiça e pelos órgãos dos governos estaduais e municipais.

Alguns exemplos de operadoras na modalidade de filantropia são as Santas Casas da Misericórdia e os hospitais administrados por congregações, associações, fundações ou sociedades beneficentes.

- **Seguradoras especializadas em saúde**

No contexto da saúde suplementar, as seguradoras são sociedades com fins lucrativos que comercializam seguros de saúde e oferecem a seus usuários o reembolso das despesas médico-hospitalares ou odontológicas.

Conforme determina a Lei nº 10.185, elas somente serão autorizadas a operar planos de saúde se estiverem constituídas como seguradoras especializadas nesse tipo de seguro. Portanto, seus estatutos sociais devem vedar sua atuação em quaisquer outros ramos ou modalidades de seguro.

As seguradoras não possuem rede própria para a assistência dos segurados, operando por meio de uma rede terceirizada de prestadores de serviços. Além disso, devem oferecer aos segurados o direito de escolher estabelecimentos ou profissionais de saúde não referenciados pela seguradora.

Diante do exposto, a observância das ofertas de modalidades nos municípios cearenses permite criar estratégias de atuação para ampliar a rede de beneficiários por meio de parcerias com empresas e instituições.

6. Considerações finais

O objetivo dessa publicação foi apresentar o BI da Saúde desenvolvido pelo Sistema Fecomércio. Como apresentado, há muitas informações que podem ser consideradas para o planejamento de projetos e parcerias futuras entre o sistema Fecomércio e instituições e empresas.

Quanto ao painel, este encontra-se disponibilizado no site e os dados utilizados (já tratados) poderão ser baixados.

Referências

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. @Cidades, 2022.

Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará

Sistema de Informação de Agravos de Notificação